

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

CNPJ 51.779.304/0001-30

Demonstrações Financeiras Encerradas em 2017 e 2016

Balço Patrimonial Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em reais)		Demonstrações Financeiras Encerradas em 2017 e 2016			Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em Reais)		
	Nota	2017	2016	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
				Patrimônio Social	Resultado do exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados
Ativo		36.722.510,76	38.006.252,05				
Circulante		6.108.339,11	9.115.872,54	(1.326.180,84)	(4.529.812,42)	7.542.396,51	(4.264.633,42)
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	542.998,30	4.249.879,36	265.179,00	-	(265.179,00)	265.179,00
Caixa		3.653,99	11.028,08				
Banco com Movimento - Recursos sem Restrição		14.648,28	45.361,73				
Banco com Movimento - Recursos com Restrição		87.300,70	54.795,29				
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição		188.877,48	6.830,81				
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		208.979,41	4.103.771,60				
Valores em Transito		39.538,44	28.091,85				
Créditos a Receber		4.853.189,33	4.212.827,62				
Atendimentos Realizados	5	3.914.561,09	3.944.706,50				
Adiantamentos a Empregados		10.272,91	8.293,40				
Adiantamentos a Fornecedores	6	769.274,37	95.799,63				
Tributos a Recuperar	7	67.342,80	63.862,35				
Outros Créditos a Receber		91.738,16	100.165,74				
Estoques		712.151,48	653.165,56				
Almoxarifado/Material de Expediente	8	712.151,48	653.165,56				
Não Circulante		30.614.171,65	28.890.379,51				
Realizável a Longo Prazo		1.656.615,70	1.247.393,07				
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	1.656.615,70	1.247.393,07				
Investimentos		1.455.674,11	1.474.781,28				
Outros investimentos	10	46.285,05	46.378,34				
Investimentos Permanentes	11	1.409.389,06	1.428.402,94				
Imobilizado		12.275.010,87	26.166.797,24				
Bens sem Restrição		30.515.431,85	28.892.234,57				
Bens com Restrição		2.426.671,12	1.737.945,27				
(-) Depreciação Acumulada		(5.441.015,89)	(4.463.382,60)				
Intangível		13 794,76	1.407,92				
Direitos de Uso de Softwares		3.883,50	3.883,50				
(-) Amortização Acumulada		(3.088,74)	(2.475,58)				
Passivo		36.722.510,76	38.006.252,05				
Circulante		22.862.001,51	24.782.820,72				
Fornecedores de bens e serviços	14	7.093.455,60	6.836.338,43				
Obrigações com Empregados	15	2.654.553,60	2.880.324,52				
Encargos sociais a recolher	16	1.853.893,12	553.807,10				
Obrigações Tributárias	17	2.091.847,52	2.033.549,51				
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	2.022.967,61	5.919.855,85				
Obrigações diversas a pagar	18	4.296.621,27	2.996.122,63				
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar	20	2.848.662,79	3.562.822,68				
Não Circulante		25.744.163,77	22.876.362,75				
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	8.716.790,64	8.929.160,22				
Contingências	21	4.833.733,20	4.669.270,49				
Parcelamento de tributos e contribuições	22	11.956.598,37	8.940.743,72				
Outras obrigações		237.041,56	337.188,32				
Patrimônio Líquido		23 (11.883.654,52)	(9.652.931,42)				
Patrimônio Social		(16.664.969,93)	(5.590.814,26)				
Outras Reservas							
Ajustes de Avaliação Patrimonial		7.012.038,51	7.277.217,51				
Superávit ou Déficit Acumulado		(2.230.723,10)	(11.339.334,67)				

Demonstração do Resultado do Período				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em Reais)				Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em Reais)			
	Nota	2017	2016	Método Indireto	2017	2016	
Receitas Operacionais		55.029.007,89	49.763.028,79	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Com Restrição		34.610.899,44	27.355.292,53	Superávit (Déficit) do Período		(2.230.723,10)	(11.339.334,67)
Programa (Atividades) de Saúde		17.692.118,30	12.985.349,19	Ajustes por:			
Receitas de Serviços Prestados SUS		12.599.602,17	9.782.864,00	(+) Depreciação		998.007,15	898.401,22
Isonção Cota Patronal		4.225.008,69	4.531.723,78	(+) Amortização		613,18	776,85
Trabalho Voluntário		16.990,89	23.236,32	(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado		-	57.581,28
Rendimentos Financeiros	26	77.179,39	32.119,24	(-) Constituição / (reversão) de provisões		164.462,71	1.825.433,80
Sem Restrição		20.418.108,45	22.407.736,26	(-) Ajuste de exercícios anteriores		-	-
Receitas de Serviços Prestados		17.017.150,07	19.057.021,03	Superávit (Déficit) Ajustado		(1.067.640,06)	(8.557.141,52)
Contribuições e Doações Voluntárias		2.880.502,51	2.348.216,01	Aumento (Diminuição) nos Ativos			
Ganhos na Venda de Bens		-	190.000,00	Circulantes e Realizável a Longo Prazo			
Rendimentos Financeiros	26	15.285,47	409,76	Atendimentos Realizados		30.145,41	453.085,34
Outras Receitas financeiras	26	358.937,39	377.687,64	Adiantamentos a Empregados		(1.979,51)	(291,20)
Outros Recursos Recebidos		146.233,01	434.401,82	Adiantamentos a Fornecedores		(673.474,74)	722.049,53
Custos e Despesas Operacionais		(19.376.204,43)	(19.527.876,10)	Tributos a Recuperar		(3.480,45)	(7.283,48)
Com Programas (Atividades)				Outros Créditos a Receber		8.427,58	(23.960,75)
Saúde		(15.134.204,85)	(14.972.916,00)	Estoques		(58.985,92)	(38.287,99)
Isonção Cota Patronal		(4.225.008,69)	(4.531.723,78)	Depósitos Judiciais e Fiscais		(409.222,63)	(226.802,68)
Trabalho Voluntário		(16.990,89)	(23.236,32)	Outros Créditos a Receber		-	618.212,81
Resultado Bruto		35.652.803,46	30.235.152,69	Aumento (Diminuição) nos Passivos		(1.108.570,26)	1.496.721,58
Despesas Operacionais		(37.883.526,56)	(41.574.487,36)	Circulantes e Não circulante			
Administrativas		(37.420.311,24)	(39.210.392,33)	Fornecedores de bens e serviços		257.117,17	2.155.607,77
Salários		(17.421.555,95)	(17.389.143,46)	Obrigações com Empregados		(225.770,92)	316.931,19
Encargos Sociais		(1.218.704,64)	(1.312.266,57)	Encargos sociais a recolher		1.300.086,02	236.165,07
Impostos e Taxas		(2.101.599,54)	(643.790,07)	Obrigações Tributárias		58.298,01	540.251,35
Serviços Gerais		(4.564.243,33)	(6.989.561,03)	Obrigações diversas a pagar		1.300.498,64	434.344,66
Despesas de Localização e Funcionamento	27	(6.982.418,67)	(7.695.400,71)	Subvenções e Assistências Governamentais		(174.159,89)	2.903.766,52
Depreciação e Amortização		(998.620,33)	(899.178,07)	Parcelamento de tributos e contribuições		3.015.854,65	1.667.369,39
Perdas Diversas		-	(54.724,78)	Outras obrigações		(100.146,76)	(46.369,93)
Despesas Financeiras	26	(4.133.168,78)	(4.226.327,64)	Total		4.891.776,92	8.208.066,02
Outras despesas/receitas operacionais		(463.215,32)	(2.364.095,03)	(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		2.715.566,60	1.147.646,08
Superávit/Déficit do Período		(2.230.723,10)	(11.339.334,67)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 (Em Reais)
1 - Contexto Operacional: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, fundada em 10/12/1.867, é uma entidade civil de direito privado, do tipo associação, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, assistencial e filantropico, composta de número ilimitado de irmãos e declarada de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 62.171, de 25/01/1968. Atualmente se encontra em processo de renovação de seu registro no Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde - DCEBAS. É uma Organização Social da Área da Saúde - OSS, conforme DOE nº. 39 de 28/02/2009, página 4 - Seção 1. A entidade tem por finalidade prestar assistência à saúde, servir de campo de instrução para estudantes da área da saúde, proporcionar educação e orientação sanitária à comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, além de desenvolver atividades na área de saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas e cursos, franqueando-os a quem de direito os procurar. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as NBC, s - Normas Brasileiras de Contabilidade, e em observação as Normas específicas do CFC - Conselho Federal de Contabilidade notadamente pelos pressupostos de diretrizes básicas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, conforme estabelecidos a partir de 2012 pela Resolução CFC nº. 1409/12 NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros. Os valores apresentados nas demonstrações estão expressos em milhares de reais e resultam da acumulação de valores nominais, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, sendo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **b) Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou contratação. Em 31/12/2017, o valor contábil dos instrumentos financeiros da entidade, representados principalmente por disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores, equivalem ao seu valor de mercado. A entidade não se utiliza instrumentos financeiros em operações de troca de índices (SWAP) ou que envolvam operações na modalidade de Derivativos de Riscos. **c) Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes por atendimentos Realizados a Conveniados são avaliadas pelo montante original do fornecimento de serviços, medicamentos e materiais, deduzido o ajuste para créditos de difícil realização. Tal ajuste é constituído com base em análise individual de recuperação dos créditos e quando existe alguma evidência objetiva de que a entidade poderá não ser capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dessas contas a receber, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes da não realização desses créditos. **d) Estoques:** Os gastos com aquisição de materiais são controlados em estoque pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição ou o valor líquido de realização. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado encontra-se demonstrado pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultante do custo atribuído (deemed cost), em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10, que trata da aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, fundamentado em avaliações efetuadas por avaliadores independentes. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registradas como outras receitas / despesas operacionais. As realizações em conformidade com os encargos de depreciações ou baixas eventuais são consideradas como outros resultados abrangentes e transferidos / incorporados ao Patrimônio Social. **f) Demais Ativos e Passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspon-

dentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para a determinação de valores adequados a serem registrados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido à imprecisão inerente ao processo de determinação destas, razão pela qual a administração revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Estimativas e premissas são utilizadas na seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, para a constituição de provisão para o eventual risco de não realização de suas contas a receber, assim como na análise dos demais riscos para a determinação de outras provisões, inclusive para os passivos contingentes e outros similares, além da avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes. **g) Empréstimos e Financiamentos:** Os valores foram atualizados pelo índice de correção monetária e taxa de juros, nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os encargos incorridos até a data do balanço. Composto, principalmente, por contratos visando à captação de recursos para capital de giro. **h) Férias e 13º Salário a Pagar e Respective Encargos:** As provisões de férias e de 13º salário são constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. **i) Redução do valor recuperável dos ativos - CPC 01:** Visa a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo, por uso nas operações da entidade ou para sua eventual venda. A entidade não julgou necessário teste de impairment e, portanto, não houve apuração de perdas por desvalorização a serem reconhecidas em suas demonstrações contábeis. **j) Imunidades Tributárias:** A entidade está enquadrada como entidade de Assistência Social sem Fins Lucrativos, o que lhe permite imunidade de tributos e contribuições federais, tais como o Aporte Patronal do INSS, PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), além de tributos municipais (ISS e IPTU). **k) Gratuidades, Doações, Subvenções e Assistências Sociais:** Estão demonstradas conforme dispostos na Lei nº 12.101/09, de 27/11/2009. O registro contábil de tais operações está sendo realizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. **l) Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências e obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **m) Apuração do resultado do exercício:** O resultado das operações da entidade é apurado de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados, bem como os custos e as despesas são reconhecidas no resultado em função de sua realização.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	3.653,99	11.028,08
Banco com Movimento-Recursos sem Restrição	14.648,28	45.361,73
Banco com Movimento- Recursos com Restrição	87.300,70	54.795,29
Aplicações Financeiras-Recursos sem Restrição	188.877,48	6.830,81
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	208.979,41	4.103.771,60
Valores em trânsito	39.538,44	28.091,85
Total	542.998,30	4.249.879,36

5 - Atendimentos Realizados

	2017	2016
Unimed de Lorena	460.044,01	726.584,76
SUS - sistema AIH	759.688,12	715.050,66
Bradesco Saúde S.A.	604.836,69	596.926,74
5º Batalhão Infanteria Leve - Filial Sul América Seguro Saúde	750.895,21	513.232,83
DPVAT	332.665,28	332.665,28
Escola Especialista Aeronáutica Particulares	932,88	64.522,47
SUS - sistema ambulatório	309.538,65	271.140,31
Gama Saúde Ltda	146.273,40	146.273,40
Amil Assistência Médica Internações Ltda	459.136,36	177.059,95
Outros Convênios	1.133.819,85	1.252.330,98
(-) Perda Estimada para Crédito Líquida Duvidosa	(1.238.510,98)	(1.036.002,50)
Total	3.914.561,09	3.944.706,5

A Santa Casa de Lorena adota o procedimento de constituir ajuste com perda estimada para cobrir eventuais riscos de créditos de liquidação duvidosa. Tal ajuste é constituído com base em análise individual de recuperação dos créditos e quando existe alguma evidência objetiva de que a entidade poderá não ser capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O saldo da conta (-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa está representado, princial-

